



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA SAÚDE

CURSO DE FONOAUDIOLOGIA

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

PAIS SURDOS E FILHOS OUVINTES

Aluna: Julia de Araujo Rezende

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cecilia de Moura

São Paulo

2016

Autorização

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial deste TCC, via processos de fotocopiadoras ou eletrônicos, desde que nessa reprodução figure a identificação do autor, do título, da instituição bem como o ano do TCC.

Julia de Araujo Rezende

São Paulo, Maio de 2016.

Dedicatória

Aos meus tios Lucia Itsumi Tanaka Rezende, Ronaldo Miranda Rezende e Rogerio Miranda Rezende que têm enfrentado bravamente o mundo dos ouvintes.

Aos meus pais Silvia Mara Araujo Rezende e Roberto Miranda Rezende e ao irmão Felipe de Araujo Rezende que mesmo em tempos difíceis estiveram do meu lado me apoiando e me incentivando. Sem eles não teria toda essa força.

Aos meus avós paternos Maria Aparecida Miranda Rezende e Paulo de Castro Rezende que encararam as barreiras e os preconceitos da surdez para a educação de seus dois filhos mais novos. Orgulho-me dessa valentia.

Agradecimentos

À minha família,

Principal fonte de motivação, suportou minhas dificuldades e não me deixou desistir deste sonho;

Aos Professores,

Que muito valorizaram a minha vida acadêmica e também, generosamente, contribuíram na minha formação profissional e pessoal;

Aos colegas,

Que me acolheram e dividiram comigo esta trajetória, em especial Jaqueline e Ligia minhas principais aliadas e companheiras. Juntas ficamos mais fortes para vencer todas as barreiras e empecilhos que tivemos durante o período acadêmico. Sua amizade é inestimável para mim;

À minha orientadora, a querida Dra. Maria Cecilia de Moura. Dela recebi todo suporte e acolhimento que poderia precisar, tenho muito a agradecer pela dedicação e incentivo constantes, alguém especial, que transmite confiança e incentivo de vida por onde passa. Foi ela que sempre me socorreu nos momentos difíceis (pessoais e acadêmicos), desde meu ingresso na faculdade até a conclusão do curso de fonoaudiologia. Não tenho palavras para agradecer tudo que ela fez por mim nos anos de faculdade. Uma profissional em que almejo me espelhar;

À minha parecerista Kathryn Marie Pacheco Harrison, seu interesse e seus valiosos comentários contribuíram fortemente para o enriquecimento do meu trabalho;

À Marta Bispo da Cruz, Analista Acadêmico Administrativo da Faculdade de Ciências Humanas e Saúde da PUC- SP, uma amiga que muito colaborou e

apoiou em momentos difíceis do curso, encontrando sempre uma solução para minhas questões;

A vocês, minha gratidão e carinho.

Sumário

Autorização	2
Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Lista de Quadros	v
Resumo	vi
Abstract	vii
1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Relação Pais e Filhos.....	5
1.2 CODA	18
2. OBJETIVO.....	22
3. METODOLOGIA.....	23
3.1 Características dos sujeitos:	24
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	25
5. CONCLUSÃO.....	35
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	39
7. ANEXOS	44

Lista de Quadros

Quadro 1 - Resumo do publico pesquisado	24
Quadro 2 - Características do publico pesquisado	24

Resumo

O trabalho aqui apresentado estuda a relação entre pais surdos e seus filhos ouvintes, também chamados de CODA (*Children of Deaf Adults*). Primeiramente foi feita uma reflexão sobre a surdez e o papel da família na sociedade e os membros que a compõem, para que se pudesse compreender como as famílias de ouvintes e de surdos se organizam. Foi analisada também a relação entre pais e filhos. É realizada uma análise das entrevistas realizadas com filhos ouvintes de pais surdos para se pudesse interpretar o seu cotidiano sob um olhar sócio cultural, ou seja, problematizando o contato com a representação da surdez, a socialização em famílias de surdos, o uso da língua de sinais e a apropriação de significados compartilhados por surdos num sentido de intersecções simbólicas que configuram uma identidade particular. Os dados obtidos sugerem que a deficiência per si não é a causa dos problemas de funcionamento, convívio e relacionamento familiar, o que se poderia esperar já que a surdez leva a um padrão de comunicação diverso entre filhos ouvintes com seus pais surdos. Poder-se-ia esperar que a relação estabelecida entre os filhos ouvintes com seus pais surdos que, portanto, compartilham duas línguas e duas culturas, poderia levar a dificuldades de relação. O relato dos CODAs, nesta pesquisa, mostra que alguns impasses e particularidades existem na sua relação com os pais, mas estes aspectos não levam a inadequações, mas a diferenças que não fazem com que as relações sejam rompidas ou comprometidas.

Palavras Chave: CODA; Relação Pais e Filhos; Fonoaudiologia; Surdez; Linguagem.

Abstract

The work presented here studies the relationship between deaf parents and their hearing children, also called CODA (Children of Deaf Adults). First a reflection about deafness and the role of the family in society and the members who compose it was made in order to understand how families and families of the deaf are organized. It was also analyzed the relationship between parents and their children. It was accomplished an analysis of the interviews with CODAs of in order to interpret their daily lives in a sociocultural point of view, ie, questioning the contact with the representation of deafness, the socialization on deaf families, the use of sign language and the appropriation of the meanings shared by the deaf in the sense of symbolic intersections that shape a particular identity. The data suggests that disability per se is not the cause of problems of function in social and family relationships, which could be expected as deafness leads to a pattern of diverse communication between children listeners with their deaf parents. It might be expected that the relationship established between the hearing children with their deaf parents that share two languages and two cultures, could lead to difficulties in the relationship. The report of the CODAs, in this research, shows that some impasses and particularities exist in their relationship with their parents, but these issues do not lead to inadequacies, but to differences that do not mean that relations are broken or compromised.

Keywords: CODA; Relationship Parents and Children; Speech Therapy; Deafness; Language.

1. INTRODUÇÃO

O tema aqui escolhido para meu trabalho de conclusão de curso foi baseado na minha própria vivência com a relação de pais surdos e filhos ouvintes desde que tenho CODAs em minha família. Esta convivência sempre me colocou perguntas que espero poder responder, ao menos em parte, com este trabalho.

Para poder iniciar, devo conceituar alguns tópicos chaves. Assim, começo estabelecendo que neste trabalho a surdez é compreendida numa concepção sócio-antropológica que:

“... reconhece a surdez como uma experiência visual, ou seja, como uma maneira singular de construir a realidade histórica, política e social, como uma forma distinta de conceber (de “VER”) o mundo, e não há uma necessidade valorativa de reconhecer esta ou aquela forma como a “correta”...” (QUADROS, 2003).

Numa visão médica a deficiência auditiva/surdez é entendida como um tipo de privação sensorial, cujo sintoma comum é uma reação anormal diante do estímulo sonoro (GAGLIARDI e BARRELLA, 1986).

Entretanto, neste trabalho a surdez será tratada como sendo uma deficiência sensorial, a qual incapacita o indivíduo de ouvir, mas sem necessariamente impedir que ele desempenhe satisfatoriamente seu papel na sociedade. O indivíduo que apresenta uma deficiência de audição será aqui chamado de “pessoa com deficiência auditiva” ou “surdo”.

Cumpre mencionar que o termo “surdo-mudo”, quando utilizado para a pessoa com deficiência auditiva, é equivocado, já que pressupõe que a deficiência está necessariamente associada a um problema no aparelho fonador. Sacks (1998) menciona que os surdos/deficientes auditivos, em sua maioria, são capazes de falar, pois possuem aparelho fonador idêntico ao dos ouvintes. O que ocorre, segundo esse autor, é a falta de monitoramento da própria fala, uma ausência de retroalimentação do estímulo sonoro. Desse

modo não haveria o uso da fala por uma falta de estimulação, não por falta de capacidade e/ou de aparato adequado (COSTA CORGHI, 2006).

O enfoque a ser dado aqui se refere especificamente a relação de pais surdos com seus filhos ouvintes. Estudando-se esta relação, o fator que mais chama a atenção é a questão da linguagem. É necessário esclarecer-se que linguagem, nesta pesquisa, foi considerada como o meio usado para ocorrer a comunicação e a socialização entre as pessoas. A definição de Aranha e Martins (2001) possibilita uma melhor compreensão deste complexo assunto, senão vejamos:

“A linguagem é um sistema simbólico. O homem é o único animal capaz de criar símbolos, isto é, signos arbitrários em relação ao objeto que representam e, por isso mesmo, convencionais, ou seja, dependentes de aceitação social. Tomemos, por exemplo, a palavra casa. Não há nada no som nem na forma escrita que nos remeta ao objeto por ela representado (cada casa que, concretamente, existe em nossas ruas). Designar esse objeto pela palavra casa, então, é um ato arbitrário. A partir do momento em que não há relação alguma entre o signo casa e o objeto por ele representado, necessitamos de uma convenção, aceita pela sociedade, de que aquele signo representa aquele objeto. É só a partir dessa aceitação que poderemos nos comunicar, sabendo que, em todas as vezes que usarmos a palavra casa, nosso interlocutor entenderá o que queremos dizer. A linguagem, portanto, é um sistema de representações aceitas por um grupo social, que possibilita a comunicação entre os integrantes desse mesmo grupo.” (Pg. 28-29)

Considera-se que o processo de socialização pelo qual a criança passa é determinante para o desenvolvimento linguístico que ela interiorizará para se inserir e se comunicar com o mundo. A linguagem surge no ser humano como algo natural, sendo assim, tanto ouvintes quanto surdos têm predisposição natural para a linguagem, mas dependem do ambiente social para que este desenvolvimento ocorra.

Assim, entendendo-se que o desenvolvimento da linguagem depende essencialmente das relações sociais (BOUVET, 1990), a relação pais/filhos é de importância crucial para este desenvolvimento. O input necessário para promover o desenvolvimento de linguagem, segundo Borges e Salomão (2003,

p.329) é “... uma fala simples, repetitiva, gramatical e semanticamente ajustada ao nível de compreensão e interesse da criança”. Segundo Roncato e Lacerda (2005) para que ocorra o desenvolvimento da linguagem são necessários estímulos externos à criança. Estes estímulos facilitam o processo de aquisição das primeiras palavras da criança, auxiliando na construção de seu vocabulário e no desenvolvimento de sua capacidade linguística.

É importante frisar que a criança não aprende a língua, mas a adquire de forma natural apenas sendo exposta a ela. Esse é o papel da mãe (ou do cuidador) nos primeiros meses de vida da criança – possibilitar que ela possa ser considerada alguém que virá a falar e assim considerá-la; a mãe falará com o bebê como se ele a entendesse, e ele passará verdadeiramente a entendê-la num processo de ir e vir. A mãe reage à criança, que responde à mãe, e assim a linguagem se instala de forma natural, sem que ninguém pense nela como algo que exija esforço, nem por parte dos que cuidam da criança, nem por parte da própria criança.

A relação dos pais com seus filhos é condição importantíssima para que estes possam se desenvolver do ponto de vista da linguagem e de todas as suas potencialidades, incluindo-se aí as cognitivas e sociais.

É fácil perceber como a relação e a comunicação entre pais e seus filhos de qualquer condição é fundamental para a formação das habilidades sociais, desenvolvimento intelectual e estruturação psicológica desses últimos.

Quando se pensa na relação dos pais surdos/deficientes auditivos com as suas crianças ouvintes, pode-se imaginar que tal relação deva sofrer grande impacto em função das questões ligadas à linguagem. Mas, ao contrário do esperado, em muitos casos, é estabelecida uma relação saudável e muitas vezes mais completa, pela proximidade que a diferença traz entre a família e até pelo fato dos pais utilizarem o recurso maior que possuem para a comunicação, o gestual, o visual, a Libras, disponibilizando assim em alguns casos o bilinguismo para seus filhos ouvintes.

Por outro lado, percebe-se a relação pode sofrer com certo preconceito existente dentro do “mundo dos surdos”, pois os não ouvintes tendem a estigmatizar os ouvintes como pessoas indiferentes e de má vontade, por não compreenderem o que os Surdos têm a dizer ou até mesmo por não saberem língua de sinais. Esse fator acaba criando certa barreira inclusive na relação de pais e filhos.

Verifica-se, assim, que na comunidade surda há uma discriminação entre as pessoas com audição normal. Aqueles que simplesmente ouvem são chamados por eles de Ouvintes e aqueles que ouvem e que se comunicam com os surdos, seja através de sinais, seja pela linguagem de LIBRAS, são chamados por eles de Falantes. Os Ouvintes são aqueles em que os surdos dizem não compreendê-los satisfatoriamente, já os Falantes são os ouvintes que compreendem o mundo dos surdos. Esse grupo tem um valor diferenciado na comunidade surda, pela capacidade de interagirem e compreenderem melhor o que eles têm a dizer e dessa forma os apoiarem no dia a dia (QUADROS, 1997; SKLIAR, 1998).

Observa-se que o grupo dos Falantes obtém para si certa vantagem por ter acesso às diferentes experiências vivenciadas tanto por surdos como por ouvintes.

Levando-se em consideração as questões acima relatadas referentes à comunicação entre os ouvintes no mundo dos surdos, é relevante entendermos como se dá essa relação entre os surdos e os ouvintes ou falantes.

Se estreitarmos esta problemática, nos voltando para os filhos ouvintes de pais surdos temos um campo importante de pesquisa se desejarmos entender como se dá esta relação social, já que ambos não compartilham os mesmos canais de comunicação, sendo que os pais surdos irão utilizar a língua de sinais e irão expor seus filhos ouvintes a esta língua. Desperta o interesse compreender o que acontece nesta relação em que a questão linguística toma uma forma tão diversa do usual.

Após analisar as relações entre os membros familiares em um berçário com o objetivo de prevenir transtornos na comunicação entre pais surdos e seus filhos ouvintes, adotando a abordagem psicanalítica, Zarem (2003) passou a defender a ideia de que quando adultos surdos se veem como pais de uma criança ouvinte, o ciclo de comunicação e apego é prejudicado. Para este autor, não somente o vínculo da díade fica comprometido, mas também o desenvolvimento social-emocional dos filhos ouvintes.

Vários autores (JAMIESON, 1994; LIMA, 1999; GOLDFELD, 2000; LACERDA e CAPORALL 2003; ZAREM, 2003) sugerem que nas famílias em que há condição diferenciada entre seus membros, surdos e ouvintes, além da comunicação, aspectos como organização familiar, vínculo, desenvolvimento dos filhos, entre outros ficam de alguma forma prejudicados.

Entretanto, diversos estudos revistos por Leigh, Brice e Meadow-Orlans (2004) apontam que quando os pais são surdos e seus filhos ouvintes, o funcionamento familiar e a adaptação da criança dependem muito mais da competência e da saúde mental geral dos pais do que da condição auditiva.

1.1 Relação Pais e Filhos

Para deixar mais claras certas características e comportamentos das crianças na fase de desenvolvimento até a fase adulta, serão expostos abaixo aspectos relacionados à relação mãe bebê.

É fundamental esclarecer sobre a formação do vínculo mãe - bebê, começando com o momento da gestação até o puerpério (período que ocorre logo após o parto), que é um momento delicado para mulher já que ela se depara com inúmeras mudanças físicas e emocionais. Além das trocas de papéis, mudanças na rotina, novas preocupações e dedicação ao bebê que são algumas das etapas vivenciadas nesse período, diretamente relacionadas à qualidade do vínculo que será formado entre a mãe e o bebê. Para que seja possível uma troca afetiva favorável entre a díade, a mãe necessita estar apta a estabelecer este vínculo, o que só será possível a partir de uma boa vivência de suas experiências relacionadas à gestação e aos primeiros meses de vida da criança (BORSA e DIAS, 2004).

Desta forma, para que a mãe possa viver de forma saudável a sua relação com o bebê e propiciar assim um bom desenvolvimento de linguagem ela deve, antes de tudo, considerar seu filho como alguém que virar a ser, isto é colocar expectativas com relação a sua possibilidade no futuro (BOUVET, 1990).

Na gestação a mulher passa por uma experiência repleta de sentimentos intensos, variados e ambivalentes que podem dar vazão a conteúdos inconscientes da mãe. A relação da mãe com seu filho já começa na gestação e será a base da relação mãe-bebê, a qual se estabelecerá depois do nascimento e ao longo do desenvolvimento da criança (BRAZELTON e CRAMER, 2002; CARON, 2000; KLAUS e KENNEL, 1993; RAPHAEL-LEFF, 1997 e SOIFER, 1992). De acordo também com estudo realizado por Piccinini, Gomes, Moreira e Lopes (2004), a relação mãe-bebê efetivamente começa, de fato, no período pré-natal.

Um ato fundamental para uma relação saudável é fazer com que a mãe conheça bem o seu filho antes do próprio nascimento. Isto acontece quando ela pensa nele, imagina suas características, fazendo com que esses desejos e pensamentos ajudem para a construção da representação do bebê, da maternidade e para a posterior relação saudável da mãe e do bebê.

“É muito frequente a gestante ter expectativas em relação à criança que está para nascer. Algumas sonham com uma criança idealizada, dentro de seus valores, ou seja, bonita como o bebê da propaganda da TV; esperta como o filho da vizinha, etc. Mas outras têm verdadeiros pesadelos em relação a esse ser desconhecido que, por vezes, é sentido como ameaçador.” (REGEN, 1993, Pg. 18)

Para Brazelton e Cramer (2002), a gravidez de uma mulher reflete toda a sua vida anterior à concepção, suas experiências com os próprios pais, sua vivência do triângulo edipiano, as forças que a levaram a adaptar-se com maior ou menor sucesso a essa situação e, finalmente, separar-se de seus pais. A gravidez dá também a oportunidade das novas mães reverem velhos conflitos de separação, promovendo uma nova fase em seu processo de se desprender das relações simbióticas originais.

A gravidez, assim, é período de grande expectativa, oportunidade para imaginação e ensaio além de dar oportunidade para revisão de antigos relacionamentos.

Segundo Maldonado (2002), a gravidez implica na perspectiva de grandes mudanças o que, evidentemente, envolve perdas e ganhos e por si só, justificaria a existência de sentimentos opostos entre si. Assim, o parto e os primeiros momentos com o bebê encerram este período que é repleto de expectativas e fantasias. Ainda para Maldonado (2002), a gravidez é considerada um período de grande vulnerabilidade, no qual os sentimentos ambivalentes são características marcantes. Esses, contudo, assumem nova configuração após o parto. A realidade do bebê imaginário, na barriga da mãe não é a mesma realidade do bebê recém-nascido. Muitas mães tendem a negar antecipadamente a realidade do seu bebê nas primeiras semanas de vida, sentindo-se assustadas e confusas diante dos primeiros cuidados.

Quando a criança apresenta alguma deficiência, como uma surdez, a situação se mostra ainda mais complicada. Para Bouvet (1990), o que acontece é que o filho que os pais representavam antes do diagnóstico da surdez e que seria, normalmente, aquele que viria a falar, é trocado por um filho, este não conhecido e sobre quem os pais coisa alguma conhecem. Assim, a descoberta que seu filho é surdo leva a uma série de sentimentos contraditórios, sendo o choque o primeiro deles (HARRISON, 1994). Outros autores como Almeida (1993) e Luterman (1979) descrevem que os pais passam por fases marcadas quando acontece a descoberta da surdez: negação, negociação, raiva, depressão e aceitação.

Este efeito não ocorre com pais surdos com relação aos seus filhos ouvintes, que, ao gerarem um bebê “diferente deles” podem vir a ver neste fato uma vantagem, pois eles poderão servir de apoio na relação deles com o mundo ouvinte.

Assim como mencionado acima, a vinda de um novo membro na família mexe nas expectativas e na estruturação familiar. As mudanças variam tanto nos aspectos emocionais, comportamentais, físico, social e econômico. Da

mesma forma que a família vem mudando historicamente, segundo Roudinesco (2003), existem três tipos de família, a família tradicional que é submetida a uma autoridade patriarcal e tem como objetivo a transmissão de um patrimônio; a família moderna fundada no amor romântico e na reciprocidade afetiva, na qual o filho é responsabilidade dos pais e do Estado; e por fim a família “pós-moderna” definida como uma relação entre dois indivíduos que buscam relações íntimas ou realizações sexual.

Podemos pensar que o patrimônio pode se referir ao patrimônio de bens materiais como de bens culturais e neste caso temos a transmissão da cultura surda dos pais surdos para seus filhos ouvintes.

Cada um destes tipos de família produzem relações diferentes com diversas consequências na formação da identidade de seus filhos, mas no momento inicial da relação o papel de cuidar do bebê é da família, sendo protagonizado pela mãe ainda que com a presença do pai como figura presente e importante.

Do mesmo modo como a família vai se moldando ao longo do tempo, a afetividade também vai se construindo. Esta começa muito antes da chegada do bebê. Cooper (1989) descreve esse sentimento como:

“... algo mútuo, interpessoal e compartilhado na maneira como os filhos se sentem ‘pertencendo’ e vice-versa. O mundo é então desenhado e recortado pela ótica dos sentimentos da intimidade familiar. É um sentimento que está articulado ao que o ‘outro significa para mim’ e ao que ‘eu significo para o outro’. Esse sentimento pode se alargar e expandir para incluir os pais, os irmãos, membros da família, amigos e outros relacionamentos que venham a se tornar importantes”. (apud CAVALCANTE, 2003, Pg. 26)

No momento em que a criança adquire vida própria, diferente da vida intrauterina, ela incorpora-se, efetivamente, como um novo integrante na família, o que transforma o equilíbrio familiar, que já havia passado por algumas transformações durante a gravidez (SOIFER, 1992).

Com o parto quebra-se a imagem idealizada do bebê e ele se torna um ser independente da mãe, recebendo todo o carinho e atenção que antes era

desprendido à gestante. Este momento é, portanto, quando a mãe irá atribuir um novo significado à experiência da maternidade (BORSA e DIAS, 2004). Neste contexto, segundo Klaus, Kennel e Klaus (2000), o apoio emocional é um ingrediente essencial para todas as mulheres. Ele é necessário para o aumento não só da saúde física e emocional da mãe durante o nascimento da criança, mas também com a relação especial que estabelece a ligação entre pais e deles com o bebê.

Os primeiros dias após o parto são bastante complicados para a mãe, pois elas passam por sentimentos ambivalentes como o desconforto e a excitação pelo nascimento do filho (MALDONADO, 2002).

Após o parto, a mãe pode sentir como se tivesse amputado uma parte do seu corpo, já que muitas vezes na gravidez o filho é sentido como parte do corpo materno. E, por esse motivo, a mãe tem que trabalhar a perda do bebê fantasiado que antes eram somente idealizações frente ao bebê real. Ela passa a perceber que ele é desvinculado dela, sendo assim outra pessoa. Com o desaparecimento gradativo desta imagem idealizada, vem muitas vezes desapontamento, desânimo e a impressão de ser incapaz de enfrentar a nova realidade (MALDONADO, 2002).

Nas primeiras semanas mãe e filho se conhecem muito pouco, pois ainda não se estabeleceu entre eles um padrão de comunicação, sendo assim a mãe ainda não sabe bem ao certo distinguir as necessidades de seu bebê. Esta é, portanto, no início, uma relação bem pouco estruturada, não verbal e, por isso, intensamente emocional. As palavras e as frases são substituídas por gestos, vocalizações, sorrisos, carinhos, etc. Compreende-se que os três primeiros meses após o parto (o puerpério) marcam um período significativamente importante, quanto à formação do vínculo, tanto para a mãe quanto para o bebê, podendo determinar a qualidade da ligação afetiva que irá se estabelecer entre os membros da díade (BORSA e DIAS, 2004; MALDONADO, 2002).

A expressão 'formação do vínculo', de acordo do Klaus, Kennel e Klaus (2000), refere-se ao:

“Investimento emocional dos pais em seu filho. É um processo que é formado e cresce com repetidas experiências significativas e prazerosas. Ao mesmo tempo outro elo, geralmente chamado de ‘apego’, desenvolve-se nas crianças em relação a seus pais e a outras pessoas que ajudem a cuidar delas. É a partir dessa conexão emocional que os bebês podem começar a desenvolver um sentido do que eles são, e a partir do que uma criança pode evoluir e ser capaz de aventurar-se no mundo.” (p. 167)

O termo apego se refere ao sentimento de afeição e de simpatia por alguém ou por algo. É um sentimento que vamos desenvolvendo ao longo da vida, inicialmente com nossos pais e posteriormente com outras pessoas que passam por nossas vidas. Ocorre com o propósito de garantir ao ser humano a proteção, o suporte e a segurança necessária para sua saúde mental.

Bowlby (1989) reforça a ideia de que à medida que a criança cresce, o modelo de apego que esta conseguiu estabelecer inicialmente com a mãe se tornará cada vez mais uma propriedade da própria criança, o que significa que ela tenderá a impô-lo, ou algum derivado dele, às novas relações que irá estabelecer ao longo da vida (WENDLAND, 2001; BOWLBY, 1989; MONDARDO e VALENTINA, 1998).

Assim, tanto a mãe quanto o ambiente devem ser suficientemente bons para que haja no bebê, de fato, uma formação emocional saudável. O sentimento e o comportamento da mãe em relação ao seu bebê são muitas vezes influenciados por suas experiências pessoais prévias, assim como já havíamos falado. O estilo de comportamento da mãe e o quão disponíveis e apropriadas são suas respostas também servirão de base para as construções de apego nas relações que a criança irá estabelecer ao longo da vida.

O autor Spitz (2000) relata que a atitude emocional e afetiva da mãe servirá para orientar os afetos do bebê e conferir qualidade de vida ao bebê. As experiências de amor e afeição pelo filho se tornam muito importantes para a criança, pois elas estão interligadas, enriquecidas e caracterizadas pelo afeto materno e a criança responde afetivamente a eles.

Segundo Buscaglia (1997), a família é uma força social que tem influência na formação da personalidade e na determinação do comportamento humano. Já que num ambiente familiar todos os relacionamentos ocorridos afetam diretamente uns aos outros, qualquer mudança provocará um deslocamento em cada membro individualmente ou em todo sistema familiar.

No que se refere ao narcisismo, Freud (1914/1976) explica que o amor parental nada se refere a um retorno e reprodução do narcisismo dos pais, que estabelecem para o filho o lugar de “Sua Majestade, o Bebê”, buscando, por meio da valorização afetiva da criança, resgatar seu próprio narcisismo infantil perdido. O autor aprecia o lugar que a criança ocupa no psiquismo parental, principalmente sua função “reparadora”, ou seja, de “costurar” as feridas narcísicas de seus próprios pais. Sendo assim, pensar na visão de um filho coloca em movimento aspectos do narcisismo de cada um dos pais, de tal modo como suas lembranças e fantasias sobre suas relações objetais primárias.

Há uma influência nas relações de pais e filhos pela história infantil que cada um de seus pais vivenciou e pela relação amorosa que eles guardaram para si. Ou seja, a parentalidade é fortemente marcada pelas fantasias e fantasmas parentais, podendo ser praticada de forma criativa ou sintomática, tendo a função de transmitir a história transgeracional às gerações futuras ou de repetir sintomaticamente os segredos e conflitos passados (ZORNIG, 2009).

“Bernard Golse (2002) indica quatro tipos de representações parentais sobre o bebê: a criança fantasmática, relacionada à criança que os pais separadamente têm em mente a partir de sua própria história; a criança imaginária como uma representação menos inconsciente que pertence ao casal, como traços imaginados, sexo, etc; a criança narcísica ligada à representação de seus ideais, de como o filho irá sucedê-los; e a criança mítica ou cultural, que se refere a um grupo de representações coletivas de uma determinada sociedade em um determinado momento.” (p.457)

Seguindo esse pensamento de fantasias que envolvem as vivências passadas de seus pais e o momento atual de seus filhos a construção do senso de self do sujeito vem a partir das fantasias parentais sobre o bebê (bebê fantasmático), ou seja, tudo que envolve o mundo mental de suas representações. Cada componente compreende e dá significado às relações segundo sua história de vida e seus recursos pessoais. Com base nisso, se entende que cada filho desenvolve um tipo de personalidade e vivencia a relação com os pais de acordo com sua disponibilidade afetiva, suas expectativas e seus sentimentos.

A questão da parentalidade, segundo (DELMORE-KO ET AL., 2000), envolve mudanças de identidades individuais de marido e mulher para que possam assumir o papel de pai e de mãe e assim o relacionamento que se constituía como sendo de um casal muda para aquele da unidade familiar.

“D. Houzel (2004) sugere refletir sobre o conceito de parentalidade a partir de três eixos. O primeiro se refere ao exercício da parentalidade, aqui tomado no sentido de uma função que define e organiza os laços de parentesco e a transmissão de regras e valores de um determinado grupo social. Houzel (2004) ressalta como o exercício da parentalidade se dá através dos aspectos jurídicos do parentesco e da filiação. O segundo eixo se refere à experiência da parentalidade, que compreende as modificações psíquicas que se produzem nos pais no decorrer do processo de sua transição para a parentalidade. O terceiro eixo é designado de prática da parentalidade, englobando todo o campo dos cuidados parentais, ou seja, o campo das interações afetivas e fantasmáticas entre os pais e seu filho. Esses três eixos articulam-se entre si e definem o processo de constituição de um lugar parental.” (p. 463)

Sucintamente a parentalidade é uma união de singularidades, em que o casal apresenta ao mundo o produto de sua união. É importante compreender que o sujeito interage sobre o ambiente e vice-versa. Assim, fica claro que as relações afetam os indivíduos, especialmente dentro do grupo familiar, que é uma formação social que carrega intenso significado.

Nas famílias com filhos com deficiência as influências são mais claras, porque se trata de uma experiência inesperada, de mudanças de planos e expectativas dos pais.

A chegada de um filho mexe muito com a base familiar, os pais projetam determinada criança em suas mentes, fantasiam o sexo do bebê, a carreira, a cor dos olhos, as brincadeiras que irão gostar e assim por diante. Essa expectativa dos pais define o lugar que a criança ocupará na família. Para Amiralian (1986), a decisão de ter um filho se relaciona diretamente com a realização de desejos dos pais, das suas necessidades e com as gratificações e recompensas que a criança poderá lhes trazer.

A partir do momento que os pais se deparam com um filho com deficiência, todas suas expectativas de um filho idealizado são abaladas. Os planos para essa criança são abdicados e a experiência de parentalidade deve ser resignificada, já que existe uma nova realidade perante essa família.

Novos projetos de vida devem ser elaborados, e segundo a aceitação de um filho com deficiência exige uma reorganização dos valores e objetivos da família (AMIRALIAN, 1986). A questão de se adaptar-se a essa nova situação reflete nos conflitos familiares que devem surgir dependendo da boa relação que se dá.

Já nas famílias com um sujeito com deficiência, as etapas do desenvolvimento podem sofrer influências do procedimento de adaptação da família também à “ausência da normalidade”. Além das crises de mudanças naturais do grupo familiar, a família lida com as particularidades da deficiência, suas características e evolução. Um meio de facilitar essa fase de adaptação familiar são os serviços profissionais servidos às pessoas com deficiência e

sua família que facilitam cada vez mais o convívio e a socialização entre eles, além de auxiliar nos próximos desafios surgidos.

Sabe-se, portanto, que se torna bastante traumático a descoberta de um filho com deficiência, quando as diferenças são descobertas, dúvidas e confusões emergem. O modo como cada família lida com esse fato, influenciará na construção da identidade do grupo familiar e na identidade individual de seus membros.

Com isso, a superação dessa visão patológica e de ver somente a doença, é fundamental no processo de formação da criança. A partir do momento que ela deixa de ser vista como um ser com deficiência e passa a ser olhada como um ser integral e pleno de significados provoca, desse novo ponto de vista, o surgimento de novas atitudes e posturas que possibilitarão o desenvolvimento global da própria criança.

A família, segundo Buscaglia (1997, Pg. 78),

[...] desempenha importante papel na determinação do comportamento humano, na formação da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e social, no estabelecimento da cultura e das instituições. Como influente força social, não pode ser ignorada por qualquer pessoa envolvida no estudo do crescimento, desenvolvimento, da personalidade ou do comportamento humanos.

Atualmente as famílias se encaixam em diferentes e múltiplos formatos organizacionais. Tornou-se comum encontrarmos famílias administradas somente por mães ou pais provenientes de casamentos desfeitos, outras por mães ou pais solteiros, homossexuais e assim por diante. Apesar disso, é possível notar que em meio a essa heterogeneidade de estruturas chamada família, a maior parte proporciona uma organização razoavelmente estável, na qual os papéis de cada membro são definidos e as regras de convivência estabelecidas, demonstrando valores comuns.

Igualmente importante é o fato de que apesar da família ser estabelecida como um grupo único, ela se encontra dentro de um contexto social maior, sendo a sociedade em que a família está inserida seu primeiro prolongamento imediato, até a sociedade como um contexto social maior. A família é comprometida pelas determinantes sociais, reagindo também a essas influências. Os costumes e os valores aceitos e difundidos por esse contexto social maior desempenharão influência direta sobre a família e os seus participantes.

Uma família consideravelmente saudável proporciona espaços de apoio, compreensão e aceitação. Sua disposição oferece um ambiente que garante a individualidade e a busca da auto realização de seus componentes. Assim, elas têm o papel de servir de um espaço de treinamento protegido onde se realizarão experiências que serão importantes para todos os membros.

“Basicamente, então, o papel da família estável é oferecer um campo de treinamento seguro, onde as crianças possam aprender a serem humanas, a amar, a formar sua personalidade única, a desenvolver sua auto-imagem e a relacionar-se com a sociedade mais ampla e mutável da qual e para a qual nascem.” (BUSCAGLIA, 1997, Pg. 84).

Quando da descoberta da deficiência e da família elaborar a perda da “criança saudável”, surgem inúmeros acontecimentos como, por exemplo, a negação, excesso de exames realizados na criança, isolamento, dificuldade de relação. Até que surge a fase de adaptação por parte da família, que percebe que a criança é cheia de significado, e por fim a aceitação do filho e da nova situação.

O assunto tratado faz refletir sobre o processo caracterizado pela presença da deficiência em um integrante da família. Num primeiro momento este processo é vivenciado como uma experiência bastante árdua e desgastante, porém poderá modificar-se desde que nessa família e na

comunidade em que ela pertence seja criado um espaço para o desenvolvimento da pessoa com deficiência; um ambiente marcado pela saúde e não pela doença.

Compreendemos que as barreiras e os enfrentamentos surgidos pela família estão interligados na história da humanidade, mostrando que a sociedade bem sucedida é aquela que beneficia a convivência humana e o respeito à diversidade que constitui.

O suporte familiar e o tratamento igualitário para a pessoa com deficiência exercem papel importantíssimo para o seu desenvolvimento, pois assim ele poderá se postar normalmente perante a sociedade, reduzindo ou até eliminando alguma discriminação, já que em casa ele sempre foi visto como um “igual”. Além disso, a família ajuda a moldar seus valores, sua autoimagem e sua concepção de mundo.

O processo de comunicação de todos nós tem início na família e com o indivíduo com deficiência não é diferente. É na família que ele obtém a base da comunicação e muitas vezes é o único lugar onde consegue expor seus sentimentos, sendo assim, tem suas relações sociais extremamente próximas com a família.

A família que é conhecida como grupo social primário, tem o papel da socialização primária, que consiste na aprendizagem dos papéis sociais, no processo de formação da identidade social e pessoal, na imagem que a pessoa tem de si mesmo. Ou seja, é por meio da família que descobrimos o que é o mundo, além de sermos apresentados a uma série de informações que nos dirão quem somos e o que esperam de nós. Mais tarde na escola (socialização secundária) a criança terá novos ajustes a fazer de forma a ali se adaptar (GLAT, 1989; 1995). Estes processos garantirão o tipo de inserção social que a pessoa terá.

A assistência de profissionais é outro foco importante, pois são eles que devem dar suporte para todos os membros da família nos primeiros meses após o nascimento do filho com deficiência, seja orientando, dando suporte ou mesmo indicando ações preventivas.

Alguns sentimentos negativos normalmente surgem no pensamento de uma mãe que acaba de ter um filho com deficiência, ou seja, um filho não imaginado. Porém esse sentimento pode ser superado com apoio que leve à aceitação por parte da mãe, o que naturalmente não é um processo tão simples. Muitas vezes, quando não superado, o sentimento de culpa por conceber um filho com deficiência, ele pode transformar-se em sentimentos de rejeição ou de superproteção, os quais da mesma forma traduzem a não superação da frustração materna.

Outro sentimento que pode surgir é o luto, ele acompanha os demais sentimentos que uma mãe tem ao descobrir a presença de um filho com deficiência, mas esse sentimento não é linear. Aparece com o decorrer da vida, em determinados momentos (momentos chaves), quando a mãe percebe o quanto a não “normalidade” é um entrave na vida da criança.

É importante evitar atribuir à deficiência a causa de todos os problemas ou situações críticas passadas pela família ou pelo próprio indivíduo. É importante saber diferenciar os problemas decorrentes ou consequentes da deficiência dos problemas “normais”. Isso não deverá ocorrer de forma a evitar que a pessoa com deficiência se torne o “depositário da doença familiar”, ou seja, todos os outros problemas são encobertos ou minimizados já que o “problema” da família é ter um membro deficiente.

Quando a família é surda e tem um filho ouvinte, quais as relações que se estabelecem? Serão elas diferentes daquela vivida por pais ouvintes com filhos ouvintes? Não há razão para que sejam, desde que os mesmos sentimentos e relações são estabelecidas. Mas, ela é muito diferente da relação que se estabelece entre pais ouvintes que têm um filho surdo. Para os pais ouvintes, a presença de um filho surdo é algo não esperado que deve ser elaborado como a perda do filho “são”. Para os pais surdos, o filho ouvinte já é esperado e tem papéis que já podem estar pré definidos, como veremos abaixo.

1.2 CODA

Compreender quem são os filhos ouvintes de pais surdos conhecidos também como CODAs (*Children of Deaf Adults*), sigla inglesa que pode ser traduzida como: “filhos de pais surdos”, ou literalmente, “filhos de surdos adultos” é de suma importância para este trabalho. Esses filhos, na sua maioria, adquirem a língua de sinais naturalmente, considerada como sua primeira língua, ou seja, a língua materna. Adquirem ao mesmo tempo as regras linguísticas, culturais e sociais dessa língua. Alguns podem, obviamente, não adquiri-la se os pais surdos forem oralizados ou se os pais não a dominarem.

Por terem o conhecimento da língua oral e a de sinais, eles intermediam a relação dos pais com o meio ouvinte, tornando-se muitas vezes os seus intérpretes, chamados também de “*one big ear and a mouth for the whole family*” (PRESTON, 1994: 71). De fato a função de intérprete era exercida inicialmente pelos filhos ouvintes de pais surdos, ou seja, pelos CODAs. Que como foi dito anteriormente, tinham forte relação com a comunidade surda.

“No Brasil, as pessoas que sabiam língua de sinais eram consideradas intérpretes. Como os CODAs usavam língua de sinais, eles tornavam-se intérpretes compulsórios, pelo menos para as próprias famílias” (QUADROS; MASUTTI, 2007, p. 261).

Essa função acaba fazendo com que a criança tenha uma responsabilidade maior do que os filhos ouvintes de pais ouvintes, desde muito cedo. Os pais acabam sobrecarregando seus filhos para que eles intervenham e façam a ponte do mundo dos surdos para o mundo dos ouvintes e vice versa. Assim, acabam tomando frente de muitas funções maduras, havendo a inversão de papel, onde o filho apropria o lugar de “pai” de seus próprios pais.

Outra problemática que acaba aparecendo nos casos dos CODAs é a interpretação dos dois meios, o surdo e o ouvinte. Porém, como eles têm contato muito cedo com a cultura surda os filhos ouvintes se familiarizam facilmente com o novo ambiente e se adaptam à nova comunicação/cultura. Transitando assim entre ambas as culturas linguísticas, ou seja, falar em língua é também falar em culturas. Como diz Segala (2010): “[...] a Língua está associada à cultura. A cultura está na língua e vice-versa. Não há como separar” (p.13).

Existe até um termo para se referir ao modo que os filhos ouvintes de pais surdos interagem, é chamada de “fala de CODAs” (*CODA's talk*). Bishop e Hicks (2005) nomeiam essa fala como um terceiro sistema independente, em que uma língua emergente aparece a partir da interação entre diferentes comunidades linguísticas.

Essa relação levanta a frequente pergunta: “Como que as crianças ouvintes filhas de pais surdos aprendem a falar?” Na maioria dos casos essas crianças estão expostas a língua falada por meio dos parentes, colegas, vizinhos, e até mesmo os próprios pais que tem conhecimento da língua oral. A utilização de uma mesma via de comunicação entre os familiares ajuda com o relacionamento, convivência e o funcionamento familiar.

Infelizmente ainda se sabe pouco a respeito dos CODAs, aparecendo assim mitos que dizem que os CODAs podem adquirir tardiamente a linguagem por apresentarem pais surdos, mas isto já mostrou ser um mito. O desenvolvimento da linguagem e da língua depende basicamente das relações sociais constituídas ao longo da vida dos sujeitos. É certo que a surdez da mãe não fornece motivo para qualquer tipo de prejuízo ao desenvolvimento linguístico, social e cognitivo dos filhos. Há benefícios para as crianças, pois elas conseguem buscar estratégias que auxiliem ou que concretizem a comunicação entre o meio dos surdos e dos ouvintes.

A linguagem é fundamental para o aprendizado e a interação humana, logo há necessidade da interação social para se desenvolver por isso, a

socialização é muito importante na vida do sujeito para garantir as bases de seu desenvolvimento.

“Peal e Lambert (1962) defendem que a experiência de possuir duas línguas para descrever o mundo fornece aos bilíngues condições para compreender que muitas coisas podem ser vistas de dois modos, e contribui para que eles percebam e interpretem o mundo de forma mais flexível, propiciando a esses indivíduos a flexibilidade do pensamento (apud ZIMMER; FINGER e SCHERER, 2008, Pg.7).”

Neste trabalho concorda-se com a colocação desses autores:

“Não procurando relançar o debate acerca das vantagens e desvantagens advenientes do bilinguismo, adotaremos uma posição intermédia que reconhece que, não obstante a aquisição precoce de duas línguas possa acarretar uma mistura de códigos de comunicação (VAN DEN BOGAERD, 2000; FERNÁNDEZ-VIADER, 2004; BISHOP e HICKS, 2005; ALMEIDA, 2007; SOUSA, 2009), os CODA adquirirem, progressivamente, um domínio cada vez mais pacífico das duas línguas, uma vez que “quando uma CODA utiliza a língua gestual e, naturalmente, os códigos comportamentais a ela associados, ela deixou de ouvir porque se transferiu para o código visual, onde som e voz desempenham um papel insignificante” (JOKINEN, 2006: 45).”(p. 173)

Pensando-se no “estigma de cortesia” de Goffman (1988) a surdez dos pais pode designar uma atmosfera simbólica que confere aos filhos ouvintes uma identidade própria na sociedade.

Como mencionado anteriormente, passamos por uma interpretação da relação familiar e do uso da língua de sinais por parte dos filhos, desde o nascimento da criança. Tentamos entender como estes filhos lidam com os problemas advindos das situações de comunicação e a presença de outras pessoas ouvintes que adquirem o papel de socializadores destes filhos na educação formal no sentido de entender os comportamentos socialmente aguardados de ouvintes.

Concluimos que o número de artigos sobre os CODAs é muito escasso e é de extrema importância a realização de novas pesquisas para o conhecimento cada vez maior sobre os CODAs.

Assim, esta pesquisa buscará compreender como ocorre a relação e a influência da surdez dos pais nas relações com seus filhos ouvintes.

Os dados colhidos nesta pesquisa não corroboram os achados de Zarem (2003) desde que em nenhum momento o vínculo entre pais e filhos se mostrou comprometido, não foram percebidas alterações sócio-emocionais entre pais surdos e seus filhos ouvintes nem os aspectos levantados por Jamieson (1994); Lima (1999); Goldfeld (2000); Lacerda e Caporali (2003) relacionados organização familiar, vínculo, desenvolvimento dos filhos.

2. OBJETIVO

Considerando as crianças, adolescentes e adultos ouvintes que são filhos de pais surdos o objetivo desse trabalho é verificar como é referenciado o impacto da surdez dos pais nas relações com seus filhos ouvintes pelos CODAs.

3. METODOLOGIA

A coleta dos dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas gravadas ou realizadas via e-mail com filhos ouvintes de pais Surdos. A faixa etária dos sujeitos entrevistados varia de 15 a 42 anos. O questionário utilizado encontra-se no anexo 1.

Consideramos a entrevista uma forma já consagrada de se obter informações sobre o objeto de pesquisa, pois, segundo Lüdke e André (1986) ela “... *permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos* (p. 33-34)”. Sabemos que a entrevista não promove a obtenção de dados transparentes e que apenas a análise criteriosa dos mesmos é que possibilitará a compreensão do fenômeno estudado, mas consideramos que a aluna terá como obter conhecimentos suficientes por meio de estudos e discussões com o professor orientador que lhe possibilitarão uma análise acurada dos dados obtidos.

Os entrevistados assinaram um termo de livre consentimento (anexo 2).

A análise foi realizada qualitativamente. Os dados obtidos pela entrevista foram analisados por meio da análise de conteúdo de Bardin (1977), em que a organização da análise é feita em torno de cinco polos cronológicos: a pré-análise, a exploração do material, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Segundo esta autora a análise de conteúdo pode ser definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Neste tipo de abordagem a descrição é a primeira etapa necessária seguida pela inferência que leva à interpretação dos dados. Vai se buscar a presença ou a ausência de temas específicos buscando estabelecer os significados presentes nos discursos dos entrevistados.

Foram realizados os seguintes movimentos: a pré-análise, com a exploração do material, por meio de repetidas leituras das entrevistas o levantamento dos temas emergentes e interpretação dos dados.

Esta pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética com o protocolo número: 53640215.7.0000.5482

3.1 Características dos sujeitos:

Quadro 1 - Resumo do publico pesquisado

NÚMERO DE SUJEITOS	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	PAI E MÃE SURDOS	APENAS PAI SURDO
15	5	10	12	3

Quadro 2 - Características do publico pesquisado

SUJEITO	SEXO	IDADE	PROFISSÃO	MÃE SURDA	PAI SURDO
S1	Feminino	42	Auditora Fiscal	Sim	Sim
S2	Feminino	40	Intérprete de Libras	Sim	Sim
S3	Masculino	38	Intérprete de Libras	Sim	Sim
S4	Feminino	37	Tradutora e Intérprete de Libras	Sim	Sim
S5	Feminino	35	Intérprete de Libras	Sim	Sim
S6	Feminino	34	Gerente Comercial	Sim	Sim
S7	Feminino	32	Técnica de Seguros	Sim	Sim
S8	Masculino	32	Técnico de Produção	Sim	Sim
S9	Masculino	23	Coordenador de Dados	Sim	Sim
S10	Feminino	19	Estudante Ensino Secundário	Não	Sim
S11	Feminino	18	Estudante Universitária	Sim	Sim
S12	Feminino	16	Estudante Ensino Médio	Sim	Sim
S13	Feminino	16	Estudante Ensino Médio	Sim	Sim
S14	Masculino	15	Estudante Ensino Fundamental	Não	Sim
S15	Masculino	15	Estudante Ensino Fundamental	Não	Sim

4. ANÁLISE DOS DADOS

A análise dos dados se baseou na análise dos temas emergentes, segundo a frequência, impacto e a força semântica com que apareceram durante a leitura nos relatos dos CODAs. O significado de cada tema, segundo o dicionário Dicio (<http://www.dicio.com.br/>) é utilizado para ilustrar os sentidos que foram explorados nesta pesquisa.

Conforme mencionado na metodologia desse trabalho, a presente análise foi baseada num questionário realizado com os CODAs. Algumas palavras que indicam alguns conceitos importantes se salientaram e baseadas nelas foram analisados os dados buscando-se esclarecer um pouco mais essa relação entre pais surdos e filhos ouvintes.

Responsabilidade: Obrigação; dever de arcar, de se responsabilizar pelo próprio comportamento ou pelas ações de outra(s) pessoa(s).

Nas relações familiares os pais assumem responsabilidade no que se refere a seus filhos. Com relação aos CODAs, o processo é inverso em todos os entrevistados cuja idade variou de 15 a 42 anos. Isto pode ser visto, por exemplo, com:

“Tenho uma responsabilidade maior porque praticamente cuido de tudo em relação à vida deles” / “... apenas desenvolvi senso de responsabilidade muito cedo, o que me ajudou muito na vida” / “... somos uma família como outra qualquer, apenas com mais responsabilidades” / “... cuido de toda rotina familiar desde muito nova”. (S1)

“Hoje não sinto essa responsabilidade que por muito tempo carreguei”. (S4)

“Sim, totalmente responsável pela minha mãe” / “... na maioria das vezes assumo o papel de mãe da minha mãe”/ “... eles sempre foram totalmente dependentes de mim”/ “... principalmente por minha mãe que tem mais dificuldade em se comunicar, eu sinto que sempre tenho que ficar de olho nela...”. (S5)

“Responsabilidade desde muito nova” / “Hoje me sinto pai e mãe deles...”. (S6)

“... assumindo um pouco o papel de mãe”. (S10)

“Para mim ter pais surdos significa ter mais responsabilidades”. / “Sinto como se eles dependessem de mim...”. (S13)

“... significa ter mais responsabilidades...” / “O fato deles serem surdos aumenta sim minha responsabilidade...”. (S15)

Isto poderia acarretar problemas nas relações familiares, pois ocorre desde muito cedo em suas vidas. Entretanto, estas dificuldades não foram observadas na maioria dos depoimentos. Para todos os entrevistados menos um (S4) este fato se estabelece como algo natural que não lhes traz um peso maior, como podemos ver nestes discursos:

“Hoje olho como um presente de Deus, uma missão. Mas por algum momento em minha vida, significou responsabilidade, um ‘peso’”.

O sujeito S4 é o único que perante suas respostas aparenta ter sofrido com a surdez de seus pais. Relata ter significado um peso e uma responsabilidade na sua vida ter pais surdos. Fala também que um dos problemas que teve que enfrentar foi a “obrigação” de tomar decisões, além de carregar a responsabilidade perante os pais. Hoje em dia S4 relata estarem bem perante esses sintomas, mas fala que foi um presente de Deus ter pais surdos.

Isso reflete a dualidade que este sujeito apresenta nesta difícil relação com seus pais, pois ao mesmo tempo em que se refere a ela como uma missão relata o peso que ela significou na sua vida.

Amadurecimento: Ação ou efeito de amadurecer (tornar maduro); maturação.

O fato dos filhos criarem um amadurecimento maior vem ancorado com a responsabilidade que eles desenvolvem desde muito cedo. Além do processo natural de desenvolvimento que acompanha o amadurecimento psicossocial

infantil, os CODAs carregam uma carga maior, sendo assim, ficam um passo a frente nesse quesito quando comparados aos filhos ouvintes de pais ouvintes.

Relatos em que isso aparece em:

“A diferença é que precisei amadurecer muito cedo para resolver todos os problemas deles” / “Hoje agradeço muito toda experiência e amadurecimento e sei que isso foi muito importante para mim”. (S5)

“... acabamos amadurecendo mais cedo”. (S7)

“Me sinto mais responsável desde pequena, acho que isso ajuda a amadurecer mais rápido”. (S13)

Paciência: Virtude que faz suportar com resignação a maldade, as injúrias, as importunações etc. Perseverança, constância. Perder a paciência, começar a não poder mais esperar, suportar ou procurar. Revestir-se de paciência, esperar com calma.

Com a falha na comunicação e a carência que aparece entre pais e filhos, em alguns casos, os filhos têm que desenvolver a paciência para poderem compreender um pouco mais do lado de seus pais, já que a forma de encarar o mundo pode ser diferente na cultura surda.

S6 relata que um dos significados em ter pais surdos é ter paciência.

Podemos ver também em:

“... temos mais paciência em ajudar...”. (S7)

“... ser mais paciente em relação a muitos assuntos, como por exemplo, ter que explicar algumas coisas que esteja acontecendo e que seria normal para as pessoas ouvintes...” / “Acho que sou um pouco mais paciente com algumas questões” / “... facilidade e paciência que eu tenho para me comunicar com algumas outras pessoas que também tenha deficiência auditiva”. (S10)

“... tenho que ter muito mais paciência e às vezes até eu acabo deixando de conversar tanto com eles pelo fato de ter que explicar as coisas mais detalhadas e repetir...”. (S13)

“Necessidade de ter um pouco mais de paciência...”. (S14)

Aprendizado: Ação, processo, efeito ou consequência de aprender; aprendizagem.

O exercício inicial sobre aquilo que se conseguiu aprender; experiência ou prática.

Um exemplo fundamental de aprendizado é o caso dos CODAs desenvolverem desde muito cedo a língua de sinais juntamente com a língua oral. Além disto, ocorre o aprendizado ao longo da vida com as novas etapas que terão que realizar juntamente com seus pais.

É interessante observar o relato do S13 que diz se sentir especial, já que sabe LIBRAS e diz acrescentar muita coisa já que consegue se comunicar bem com outras pessoas com deficiência auditiva. Aparece também no relato do S6, falando que o significado de ter pais surdos é um aprendizado.

S5 diz:

“Tive a sorte de ter nascido em uma família de surdos e assim aprender e desenvolver muitas habilidades e ter maturidade que hoje eu tenho”.

Cuidado: Atenção; em que há cautela, prudência. Preocupação; atenção maior em relação a.

Nesse contexto o cuidado diz respeito a atenção mais detalhada que eles têm que fornecer para seus pais, já que a maioria relata que os pais necessitam de uma atenção especial.

S1, S3 relatam:

“... cuidado de “vida”, ou seja, cuido de toda rotina familiar (médicos, administração de casa, etc) desde muito nova”. (S1)

“Responsável de cuidar...”. (S3)

Ajudar: Auxiliar, assistir, socorrer, facilitar. Valer-se, servir-se.

Aqui podemos perceber que o verbo *ajudar* esta ligado com o auxilio que os filhos acham necessário prestar aos seus pais. Normalmente se referindo a idas aos médicos e auxílios prestados à falta de audição que seus pais têm.

Relatam:

“A deficiência auditiva dos meus pais e irmão nos uniu muito, no sentido de que todos precisam ser ajudados e se ajudar...”. (S1)

“... estava ajudando as pessoas mais importantes do mundo para mim”. (S5)

“... tenho que estar sempre disposta a ajudar...”. (S6)

“... procuro sempre ajudar a resolver os problemas mais complexos e os problemas cotidianos, sempre orientando eles” / “... desde sempre tentando ajudar da melhor forma possível”. (S7)

“... sei que necessitam de ajuda”. (S8)

“... ajudar na escrita de algumas palavras” / “... dar mais auxilio”. (S10)

“Me sinto responsável em relação a ajuda-los em qualquer lugar, como ir ao médico, pedir comida e ajuda-los em relação a escrita/ português” / “... amo ajuda-los”. (S11)

“Não acho que tenho responsabilidades, só em ajudar” / “... ajudar eles em médicos e coisas assim” / “... eu gosto muito de LIBRAS e gosto de ajudar eles em relação a isso”. (S12)

“... eles têm uma grande consideração por mim e eu por eles, já que eu os ajudo, e eles se esforçam para entender”. (S13)

“... e respeito pelo fato de que apresentam grandes dificuldades e necessidade de auxilio”. (S15)

Tomar o lugar do outro:

Ocupar o lugar do pai/mãe em quesitos que necessitam da audição para serem realizados, principalmente naquele de fazer ligações, mesmo com o advento da tecnologia, segundo os relatos dos filhos. Assim como aparece nos relatos:

“A diferença está relacionada a cuidados, responsabilidades, maturidade prematura, pois a maioria dos CODAs resolvem tudo, exatamente tudo para os pais surdos, desde uma coisa simples como tirar dinheiro no caixa eletrônico (no meu caso) até coisas judiciais, interpretação de uma reportagem, conversa com um vizinho, consulta com médicos, realização de exames, telefonemas, negociações. Enfim, tudo.” (S5)

“... tenho que estar sempre disposta ajudar e fazer ligações, como por exemplo, para a empresa de televisão a cabo, para marcar consultas, etc”. (S6)

“... ligar para banco e outros serviços”. (S9)

“... fazer ligações para o meu pai. Traduzir o que algumas pessoas falam...”. (S10)

“Sinto como eles dependessem de mim em certos momentos, como ligar para o banco, jardineiro, etc”. (S13)

“Às vezes, quando tenho que ligar para pessoas e etc”. (S14)

Falha na comunicação:

A maioria dos sujeitos sabem LIBRAS, apenas dois CODAs (irmãos) que apresentam apenas o pai surdo, não sabem a língua de sinais. Isto ocorre pelo fato do pai ser oralizado e usar como método de comunicação a leitura labial.

Por haver nessas famílias dois modos de comunicação, seja por língua de sinais ou por língua oral pode ocorrer, por falta de significação ou até mesmo de motivação para uma explicação mais específica, a falha na comunicação entre os membros da família. Como por exemplo, na passagem em que alguns sujeitos relatam.

“...há muitos momentos de incompreensão”. (S2)

“Sim, com alguns termos que não sei em LIBRAS e não sei explicar para eles o que significa, acabo deixando de lhes falar muita coisa”. (S13)

“... tem vezes que por conta da surdez acabamos brigando” / “eu acho que os maiores problemas mesmo foram à comunicação, que dificulta muito”. (S14)

“... afetando muito na comunicação”/ “... o fato deles não ouvirem muitas vezes é algo que prejudica na comunicação entre pais e filhos pela má interpretação que pode causar, gerando conflitos” / “...por exemplo, quando você vai conversar com eles e usa palavras para dizer algo e que são interpretadas de outro modo por eles por não terem muita variedade no vocabulário”. (S15)

Outras questões também nos chamaram a atenção, o fato que alguns CODAs relataram o preconceito que eles já passaram por apresentarem pais com deficiência auditiva. Um exemplo disso pode ser visto no relato de S5:

“Enfrentei muitos preconceitos, mas vou citar alguns abaixo:

-Olhares de pessoas com piedade dizendo “coitados eles são surdos e você nasceu ouvinte”;

-Pessoas que diziam palavras pejorativas como “surdinho”, “mudinho”;

-Término de namoro quando descobriam que meus pais eram surdos;

-Médicos que não queriam que eu estivesse presente na sala de consulta;

-Familiares que acreditavam que meus pais não eram capazes de me criar por causa da deficiência;

Etc...”

Demonstrando a falta de conceito do que é ser Surdo pela sociedade. Relacionado a isso, pode aflorar nos CODAs o sentimento de vergonha, surgindo na maioria das vezes na infância, já que as crianças normalmente não sabem direito o que está acontecendo e frente ao novo, que é a surdez, podem

sofrer violência física ou psicológica, que hoje em dia é chamado de *bullying* podendo ser exercida por outras crianças ou até mesmo pelos adultos.

Esse sentimento é normal nas crianças, pois até elas compreenderem o que esta acontecendo na vida delas, ainda passarão por inúmeras fases e obstáculos a serem cumpridos. Isto pode ocorrer até chegarem à vida adulta onde esse sentimento será superado. Os sujeitos S6 e S8 relataram ter passado por esse sentimento de vergonha e posterior culpa, porém hoje em dia superado de acordo com o que é relatado por eles.

“... sempre me preocupo com eles, mas na adolescência eu sentia um pouco de vergonha”. (S6)

“Já me culpei por ter tido vergonha deles quando criança, mas superei essa culpa”. (S8)

Esse preconceito aparece muitas vezes na própria família do Surdo, pois relatos dos CODAs dizem sentir falta do apoio familiar, considerando aí a família estendida. Alguns familiares chegaram a desacreditar do poder de ser mãe/pai dos surdos/deficientes auditivos e acusam erroneamente eles por não terem a capacidade de criar seus próprios filhos.

Na análise das questões, alguns sujeitos relatam sentir a falta da audição dos pais na hora de chamá-los e ficarem preocupados em razão da necessidade da audição dos pais para que eles possam ouvir os avisos sonoros.

“... às vezes eu fico querendo, ou preciso chama-los em certos momentos e eles não podem me escutar”. (S13)

“Tenho várias preocupações, por exemplo, quando ele está no mar, na água e tem trovões. Como ele não consegue ouvir a trovoada ele nem sabe que tem perigo. E eu me sinto responsável por avisar ele...”. (S14)

“... existem muitas coisas em que o fato de não possuírem audição é muito prejudicial, como no trânsito, uma buzina de carro ou qualquer aviso sonoro não captado por eles”. (S15)

Outros relatam perceber a diferença da fala/ escrita dos pais, já que eles têm como base a língua de sinais que segue outra estrutura gramatical.

Ao analisarmos a questão que diz respeito ao apoio que os CODAs acham que eles e seus pais deveriam receber, as respostas variam desde a necessidade do apoio do governo, benefícios fiscais, orientação para a sociedade do que é ser surdo, igualdade social, aumento dos números de escolas para surdos, acompanhante nas consultas médicas, apoio da sociedade, mais intérpretes, respeito que eles desejam que a sociedade tenha perante a eles, chegando até a indicação de terapia psicológica para os CODAs lidarem com a surdez de seus pais.

O sujeito S10 coloca no discurso explícito uma aparente normalidade do pai, mas em outros momentos explicita que o pai é infantil, o que isso indica que para ele o pai não “cresceu”.

Alguns falam da ingenuidade dos pais (S6 e S7, no caso irmãs) e um caso da imaturidade de seu pai, como relatado acima.

“Eles são ingênuos. Sou eu que tenho que explicar as coisas para eles, quando deveria ser ao contrário”. (S6)

“A vida social fora do mundo dos surdos é muito complicada, muitas pessoas querem levar vantagens sobre eles pelo fato de não entenderem certas situações, e por não terem a “malícia” sobre o assunto”. (S7)

“A surdez do meu pai é uma coisa que às vezes o torna muito infantil... falta de maturidade que nele foi gerada pelo fato dele ter nascido surdo”. (S10)

Isto é reflexo do processo vivido por estes surdos que não tiveram acesso a formas de estar no mundo em que a realidade lhes fosse apresentada de forma que eles pudessem se constituir como autônomos e gerenciadores de sua própria vida.

Outros falam que o único diferencial que os CODAs apresentam é o acesso à cultura surda e saber LIBRAS. Como foi visto na questão do

patrimônio cultural, percebe-se aqui que a cultura surda é um bem que foi transmitido de pais para filhos.

Outros relatos importantes que foram levantados na análise dos dados foram:

O sujeito S2 relata ter passado por dificuldades escolares e com as regras sociais em relação à surdez dos seus pais. E o sujeito S9 reata se sentir às vezes mais introvertido do que as demais pessoas, por conta da surdez de seus pais.

“Às vezes me sinto mais introvertido do que as demais pessoas, e acho que isso está ligado ao fato deles serem surdos”. (S9)

Pode-se notar que ambos os sujeitos (S2 e S9) relatam sentir uma diferença perante aos outros em relação aos seus comportamentos. Relatam que a causa dessa mudança, seria por apresentarem pais surdos. S2 sente falta de limites, já S9 se sente introvertido e culpa a surdez de seus pais.

Percebe-se que todos os CODAs entrevistados se constituíram (ou estão se constituindo) como sujeitos com uma identidade singular, mas emancipada (CIAMPA, 2009), capazes de dar um depoimento de sua relação com seus pais, ainda que demonstrem que realizaram ações que não se espera que crianças não realizem. Pode-se pensar que isto os coloca numa posição diferente com relação a constituição de sua identidade, diferente dos filhos ouvintes de pais ouvintes que não tiveram que se responsabilizar por questões que envolvem resoluções importantes da vida. Maiores estudos poderão esclarecer melhor as questões ligadas à constituição da identidade dos CODAs.

5. CONCLUSÃO

Concluimos que a relação entre pais surdos com seus filhos ouvintes interfere na relação, porém não interfere na criação, na possibilidade deles colocarem seus filhos nas esferas sociais da sociedade. Estes se mostram indivíduos responsáveis, se constituindo como pessoas íntegras, sendo que alguns se tornaram membros de duas comunidades, a surda e a ouvinte. Isso mostra a condição dos pais surdos em exercer o papel de pais e mães. Além disto, na maioria dos casos há uma relação relatada como saudável nessas famílias, mesmo havendo relatos de haver uma sobrecarga de responsabilidades dos filhos perante os pais.

Porém, devemos nos atentar a essa sobrecarga de responsabilidade que é mostrada nos discursos ouvidos. Segundo os relatos, em muitos casos é mostrado como algo normal, mas durante a leitura dos questionários pode-se observar que essa relação se torna exaustiva muitas vezes para uma criança que não necessita ter tanta responsabilidade e aproveitar mais o seu papel de filho, aproveitar a época de ser criança e dos pais de serem pais. Há, assim, uma inversão de papéis, permeado no dever filial de contentar os pais e tido muitas vezes como um “peso”.

O sujeito S10 coloca no discurso explícito uma aparente normalidade do pai, mas em outros momentos coloca que o pai é infantil, o que isso indica que para ele o pai não “cresceu”.

Porém, a maioria relata ter orgulho e gratidão pelos pais que tiveram. Referem-se ao grande afeto que os pais proporcionaram aos seus filhos. Citam a importância de terem tido contato desde cedo com a LIBRAS, favorecendo assim o modo em lidar com as diferenças e tendo mais conhecimento da cultura surda.

Para muitos autores, o bilinguismo é muito importante para o desenvolvimento cognitivo das crianças (SOUSA, A. N.; QUADROS, R. M., 2012). É interessante observar que a grande maioria relata ter aprendido concomitantemente a língua portuguesa e a língua de sinais, favorecendo

assim a sua formação e seu vínculo com a cultura surda assim como provavelmente o seu desenvolvimento cognitivo.

Baseada nas discussões teóricas e na história de vida exibidas neste trabalho pode-se concluir que a língua de sinais pode ser uma ferramenta importante entre CODAs e seus pais. Aparentemente, ela se desenvolve primeiro e tem desempenho fundamental na composição de pensamento da criança CODA, no caso dela se desenvolver em contato de forte socialização com os pais. Isto não anula a aquisição da língua oral. Contudo, a criança poderá ter influência, na língua oral, da maneira de pensar própria da língua de sinais.

Os dados obtidos sugerem que a deficiência per si não é a causa dos problemas de funcionamento, convívio e relacionamento familiar, o que se poderia esperar já que a surdez leva a um padrão de comunicação diverso entre filhos ouvintes com seus pais surdos. Poder-se-ia esperar que a relação estabelecida entre os filhos ouvintes com seus pais surdos que compartilham duas línguas e duas culturas poderia levar a dificuldades de relação, mas isto parece não ocorrer segundo o que é relatado pelos sujeitos.

Da mesma forma como observado por Melo (2015) pode-se compreender neste trabalho que os CODAs exercem um papel importante na inclusão do surdo no meio social, ainda que, muitas vezes exerçam papéis que não deveriam ser seus.

O relato dos CODAs, nesta pesquisa, mostra que alguns impasses e particularidades existem na sua relação com os pais, mas estes aspectos não levam a problemas sérios de relacionamento, pois as diferenças vivenciadas por eles não fazem com que as relações sejam rompidas ou comprometidas.

Nos casos aqui estudados a linguagem comum se mostrou determinante da qualidade com relação ao funcionamento, convivência e relacionamento entre as diversas pessoas da família. O que pode acontecer, como no relato de S13 e S15, é que no ambiente familiar pode existir a reprodução do que acontece na sociedade, isto é, há uma simplificação no que é transmitido ao surdo por falta de conhecimento de sinais de LIBRAS (COUTO, MATOS,

2013), havendo assim, falha na comunicação (distorção, má compreensão, frases muito reduzidas para explicar algo, etc...).

Importante ressaltar que a maioria dos sujeitos mostra a importância do apoio do nível governamental para que o sujeito surdo possa estar incluído na sociedade. Isto mostra claramente como este papel de “intérprete dos pais” é pesado para eles.

Como citado na análise dos dados, apenas dois sujeitos (S6 e S8) relatam terem passado pelo sentimento de vergonha e culpa na infância/adolescência. Pode se considerar este sentimento como normal já que existe infelizmente ainda muito preconceito e desconhecimento por parte da sociedade.

Alguns pais depositam nos seus filhos ouvintes a expectativa de que eles se tornem alguém na vida, já que para os pais o fato de seus filhos ouvirem se torna algo facilitador na sua formação e possível inserção social.

Percebe-se com as inúmeras leituras dos relatos dos CODAs que há uma diferença na formação, na opinião e no aprendizado que os CODAs mais velhos apresentam perante os mais novos. Os mais velhos percebem a carga maior de responsabilidade e da necessidade de um auxílio maior por parte de seus pais, já os mais novos não relatam tanta diferença. Parece que por motivos de amadurecimento e experiência de vida os mais velhos sabem lidar e expressar melhor seus sentimentos, claro com suas particularidades que variam de sujeito para sujeito. Outra variável pode ser o avanço da tecnologia que permitiu numa relativa independência dos surdos nos últimos anos.

Gostaria de finalizar com o a passagem de alguns sujeitos falando da relação que tem com seus pais, ficando clara a harmonia que há na relação entre eles.

“Amo meus pais incondicionalmente e meu sentimento é puro amor e respeito, as duas pessoas que deram o melhor de si para me educar e ser uma pessoa feliz”. (S5)

“Hoje sinto uma relação segura e tranquila, agradeço o fato de ter uma família assim, são em si exemplos de superação”. (S8)

“Meu pai sempre foi presente, sempre participou da minha vida, e até mais do que muitos pais de amigas minhas. Amo meus pais mais que o infinito”. (S10)

A relação de formação de vínculo entre os pais e seus filhos, aparenta ser bem forte e saudável, ainda que se constitua em uma inversão de papéis entre pais e filhos, que, porém, não possibilitou, para os indivíduos estudados, uma formação deteriorada de sua identidade, mas apenas uma forma diferente de estar no mundo.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. A. **A criança deficiente e a aceitação da família.** Rio de Janeiro: Nova Era, 1993.

AMIRALIAN, M. L. T. M. **Psicologia do Excepcional.** São Paulo: EPU, 1986.

ARANHA, M. S. F. **A interação social e o desenvolvimento de relações interpessoais do deficiente em ambiente integrado.** São Paulo, 1991. Tese de doutorado em Psicologia - Universidade de São Paulo.

BORGES, Lucivanda Cavalcante; Nádia Maria Ribeiro Salomão. Aquisição da Linguagem: Considerações da Perspectiva da Interação Social. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, Universidade Federal da Paraíba, v. 16, n. 2, p. 327-336, mar. 2003.

BORSA, J. C.; DIAS, A. C. G. **Relação Mãe e Bebê: as expectativas e vivências do puerpério.** Revista Perspectiva, Erechim, v. 28, n. 102, p. 39- 53, 2004.

BOUVET, D. **The path to language.** Philadelphia: Multilingual Matters, 1990.

BOWLBY, JOHN. **Uma base segura – aplicações clínicas da teoria do apego.** Porto Alegre: ArtMed, 1989.

BRAZELTON, Berry T.; CRAMER, Bertrand G. **As primeiras relações.** 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

BISHOP, M., Hicks, S. **Orange. Eyes: Bimodal Bilingualism in Hearing Adults from Deaf Families.** **Sign Language Studies**, 5(2), 188-230. In: <http://muse.jhu.edu/article/176933/pdf>. Acessado em 20 de março de 2016.

BUSCAGLIA, LEO. **Os deficientes e seus pais.** 3. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1997.

CARON, Nara Amália (org). **A Relação Pais-Bebê: da observação à clínica.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

CIAMPA, A. da O. **A estória do Severino e a história da Severina.** São Paulo: Brasiliense, 2009.

COOPER, R. et al. **Thresholds beetween philosophy and psyanalysis**. Londres: Free Association Books, 1989.

COUTO, H. D., AND MATOS, N. M. X. A Importância da Língua de Sinais no Ambiente Clínico com Crianças Surdas e Ouvintes. **Instituto Nacional de Educação de Surdos Ministério da Educação (2013): 18.**

DELMORE-KO, P.; PANCER, S.M.; HUNSBERGER, B.; PRATT, M. **Becoming a Parent: Relation between Prenatal Expectations and Postnatal Experience**. Journal of Family Psychology, Washington, DC: APA, v. 14, n. 4, pp. 625-640, 2000.

FREUD, S. (1914/1976). **Sobre o narcisismo, uma introdução**. Obras completas, ESB, v. XIV. Rio de Janeiro: Imago.

GLAT, R. **A integração social dos portadores de deficiência: uma reflexão**. Rio de Janeiro. Sette Letras, 1995.

GLAT, R. **Somos iguais a vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental**. Rio de Janeiro: Agir, 1989.

GOLDFELD, MÁRCIA. **O brincar na relação entre mães ouvintes e filhos surdos**. São Paulo, 2000. 163 p. Tese (doutorado em Medicina) – Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo.

GOLSE, B. (2002). **Depressão do bebê, depressão da mãe, conceito de psiquiatria perinatal**. In: Corrêa Filho, L., Corrêa Girade, M. H. & França, P. (Orgs.). Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê. Brasília: L.G.E. Editora.

HARRISON, K. M. P **A Surdez na Família : uma análise de depoimentos de pais e mães**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: PUC-SP, 1994.

HOUZEL, D. (2004). **As implicações da parentalidade**. In: Solis-Ponton, L. (Org.). **Ser pai, ser mãe**. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio. São Paulo: Casa do Psicólogo.

JAMIESON, R.J. **Teaching as transactions Vygotskian perspectives on deafness and mother child interaction**. Exceptional Children, v. 60, p.434-449, 1994.

KLAUS M. & KENNEL, J. **Pais/bebê – a formação do apego**. Porto Alegre: ArtMed, 1993.

KLAUS, M. H., KENNEL, J. H. & KLAUS, P. H. **Vínculo – Construindo as bases para um apego seguro e para a independência**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; CARPORALL, Sueli Aparecida. **A família ouvinte de sujeitos surdos: reflexões à partir do contato com a língua de sinais**. Temas desenvolv. São Paulo, p. 16-25, 2003.

LEIGH I.W; BRICE P.J; MEADOW-ORLANDS, K. **Attachment is deaf mother and their children**. J Deaf Stud Deaf Education, England, v. 9, n. 2, p.88-176, 2004.

LIMA, R. P. et al. **Reflexão sobre um trabalho com famílias**. Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 11, p. 37-39, 1999.

LUTERMAN, D. M. – **Counseling Parents of Hearing- Impaired Children**. Boston: Little Brown and Company, 1979.

MAGALHÃES, Ana Cristina. **Família e profissionais: rumo à parceria**. Brasília: FNA, 1997.

MALDONADO, Maria T. **Psicologia da Gravidez – parto e puerpério**. 16ªed. São Paulo: Saraiva, 2002.

MARTINS, M. C. F. (2001). **Humanização das relações assistenciais de saúde: a formação do profissional de saúde**. São Paulo: Casa do Psicólogo

MASUTTI, M. CODAs brasileiros: Libras e Português em zonas de contato. In: QUADROS, R. M. de.; PERLIN, G. (Org.). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007.

MELO, A. V. S. Children of deaf adults: codas em Sergipe. In: **Interfaces Científicas – Educação**, Aracaju. V.3. N.3. p. 85 – 91. Jun. 2015. In: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/educacao/article/view/1754/1326>. Acesso em: 30/04.2016

MONDARDO, A. H. & VALENTINA, D. D. **Psicoterapia infantil: ilustrando a importância do vínculo materno para o desenvolvimento da criança**. Psicol. Reflex. Crit., vol. 11, no. 3, 1998.

PÉROLA Regina Martins Costa Corghi. **“Pais Surdos e Filhos Ouvintes: Funcionamento Familiar, Convivência e Relacionamento”**. [TCC]. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica; 2006.

PICCININI, C. A.; GRILL, A. G.; MOREIRA, L. E.; LOPES, R. S. **Expectativas e sentimentos da gestante em relação ao seu bebê**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, v. 20, n. 3, 2004.

PRESTON, P. **Mother Father Deaf, Living between Sound and Silence**. Harvard University Press. 1994.

RONCATO, C. C.; LACERDA, C. B. F.. Possibilidades de desenvolvimento de linguagem no espaço da Educação Infantil. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v.31, nº 2, p. 215-223, ago. 2005. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/11715/8439>. Acessado em: 10 de março de 2016.

QUADROS, R. M **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUADROS, R. M. Situando as diferenças implicadas na educação de surdos: inclusão/exclusão **Ponto de Vista** , Florianópolis, n.05, p. 81-111, 2003. In: <file:///C:/Users/Cecilia/Downloads/1246-14460-1-PB.PDF>. Acesso em: 30.04.2016 RAPHAEL-LEFF, J. **Gravidez: A história interior**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

REGEN, Mina. **Mães e filhos especiais: relato de experiência com grupos de mães de crianças com deficiência**. Brasília: CORDE, 1993.

ROUDINESCO, E. (2003). **A família em desordem**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

SACKS, Oliver W. **Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos**. Tradução: Laura Teixeira Motta. 5. reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEGALA, Rimar Ramalho. Tradução intermodal e intersemiótica/interlingual: Português brasileiro escrito para Língua Brasileira de Sinais. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Tradução. Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

SKLIAR, C. A **Surdez – um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOIFER, Raquel. **Psicologia da Gravidez, parto e puerpério. 6º ed.** Porto Alegre: ArtMed, 1992.

SOUSA, A. N.; QUADROS, R. M. de. Uma análise do fenômeno “alternância de línguas” na fala de bilíngues intermodais (Libras e Português). **ReVEL**, v. 10, n. 19, 2012. In: www.revel.inf.br. Acesso em: 02.05.16.

SOUSA, J. (2009). **As crianças ouvintes filhas de pais Surdos e a aquisição da Língua Gestual Portuguesa e Catalã: Histórias de Vida Cruzadas – Dissertação de Mestrado em Língua Gestual Portuguesa e Educação de Surdos**. Lisboa: Instituto de ciências da Universidade Católica Portuguesa.

SPITZ, Renné. **O primeiro ano de vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

WENDLAND, Jaqueline. **A abordagem Clínica das Interações Pais-Bebê: Perspectivas Teóricas e Metodológicas**. Revista Psicologia: Reflexão e Crítica, vol. 14, nº1, 2001.

ZAREM, S, Signs of connection. Working with deaf parents and hearing children in a nursery setting. **Psychoanal Study Child, United States**, 58, p.45-228, 2003.

Anexo 1- Questionário

Questionário aplicado com os sujeitos CODAs.

- 1. Qual o significado para você ter pais surdos?**

- 2. Você já teve que enfrentar algum problema em relação à surdez de seus pais? Se sim, quais foram?**

- 3. Como você se sente com relação às responsabilidades que você tem porque seus pais são Surdos? Ou você não tem responsabilidades em razão deles serem Surdos?**

- 4. Você se sente responsável por eles?**

- 5. Qual é o seu diferencial perante as outras pessoas, já que tem pais surdos? Ou não há diferencial?**

- 6. Você sabe Libras (Língua Brasileira de Sinais)? Como você aprendeu?**

- 7. Você acha que sua relação com seus pais se torna diferente pelo fato deles não ouvirem?**

8. Eles te cobram pelo fato de você ouvir e eles não?
9. Que tipo de apoio você acha que você e seus pais precisam receber?
10. Você acha que fez alguma diferença em questão ao seu aprendizado (leitura/escrita) por ter pais surdos?
11. Você percebe alguma diferença na fala/escrita de seus pais?
12. Quem te auxiliava nas suas dúvidas de português?
13. Você já se sentiu *distante* dos seus pais pela falta de compreensão (falha na comunicação)?
14. Comente um pouco sobre o que você sente em relação a ter pais surdos.

Anexo 2 – Consentimento Livre e Esclarecido

Caro(a) Senhor(a)

Eu, Julia de Araujo Rezende, aluna do Curso de Fonoaudiologia da PUCSP, portador do CPF 419.588.868-90, RG 28.616.701-3, estabelecida na Rua Ilamônia, 279 CEP 04517-150, na cidade de São Paulo, cujo telefone de contato é (11) 99300-0178, vou desenvolver uma pesquisa cujo título é: “Pais Surdos e Filhos Ouvintes” com a supervisão da Profa. Dra. Maria Cecilia de Moura, portadora do CPF 006576278-95, RG 3717185-9, estabelecida na Rua Sigmar Kauffmann, 455, Chácara das Represinhas, CEP: 06717-730, cujo telefone de contato é: (11) 99217-8424.

O objetivo desse estudo é verificar como é referenciado o impacto da surdez dos pais nas relações com seus filhos ouvintes, no que diz respeito às questões da linguagem e suas consequências na formação e no desenvolvimento destes.

Necessito que o Sr.(a). forneça informações à respeito de sua história de vida, para o que farei perguntas que serão gravadas em áudio, devendo ocupá-lo(a) por aproximadamente 40 minutos para completar as respostas.

1. Sua participação nesta pesquisa é voluntária e constará apenas de algumas perguntas que deverão ser respondidas sem minha interferência ou questionamento e que não determinará qualquer risco ou desconforto.

2. Sua participação não trará qualquer benefício direto, mas proporcionará um melhor conhecimento às relações de pais Surdos com seus filhos ouvintes quando, então, somente no final do estudo, poderemos concluir a presença de algum benefício.

3. Não existe outra forma de obter dados com relação ao procedimento em questão e que possa ser mais vantajoso.

4. Informo que o Sr(a). tem a garantia de acesso, em qualquer etapa do estudo, sobre qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Se tiver

alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato com Julia de Araujo Rezende ou com a Profa. Dra Maria Cecilia de Moura. Também é garantida a liberdade da retirada de consentimento a qualquer momento e deixar de participar do estudo.

5. Garanto que as informações obtidas serão analisadas em conjunto com outros entrevistados, não sendo divulgado a identificação de nenhum dos participantes.

6. O Sr(a). tem o direito de ser mantido atualizado sobre os resultados parciais das pesquisas e caso seja solicitado, darei todas as informações que solicitar.

7. Não existirão despesas ou compensações pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também não há compensação financeira relacionada à sua participação.

8. Eu me comprometo a utilizar os dados coletados somente para pesquisa e os resultados serão ser veiculados através de artigos científicos em revistas especializadas e/ou em encontros científicos e congressos, sem nunca tornar possível sua identificação.

9. Anexo está o consentimento livre e esclarecido para ser assinado caso não tenha ficado qualquer dúvida.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Acredito ter sido suficiente informado a respeito das informações que li ou que foram lidas para mim, descrevendo o estudo: “Pais Surdos e Filhos Ouvintes”. Eu discuti com a pesquisadora Julia de Araujo Rezende a minha decisão em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem realizados, seus desconfortos e riscos, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes.

Ficou claro também que minha participação é isenta de despesas e que tenho garantia do acesso aos resultados e de esclarecer minhas dúvidas a qualquer tempo. Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidade ou prejuízo ou perda de qualquer benefício que eu possa ter adquirido.

_____ Data ____/____/____

Assinatura do entrevistado

Nome:

Endereço:

RG.

Fone: ()

_____ Data ____/____/____

Assinatura do (a) pesquisador (a)